



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 12/2022

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 35/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pela Secretária Municipal de Administração, com a justificativa que acompanha o pedido.

O setor de contabilidade informou a existência de dotação orçamentária para atender à despesa. O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a abertura do processo licitatório. Estão anexados os orçamentos fornecidos por empresas do ramo. A Comissão de Licitação está regularizada. Estão anexadas as minutas do Edital, Ata de Registro de Preços e do Contrato.

Era o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

"Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração". De maneira que o parecer se refere a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A justificativa para a contratação apresentada pela secretária municipal de administração é que a presente contratação e investimento é necessidade da administração pública no intuito de adotar procedimentos administrativos internos voltado à reestruturação das ações da controladoria interna e dar apoio técnico especializado a respeito da nova lei de licitações.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço por unidade.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a contratação de assessoria e consultoria administrativa voltada para implementação da ouvidoria municipal, incluindo treinamento e capacitação. Contratação de assessoria e consultoria administrativa voltada à reestruturação de ações da controladoria interna, e contratação de serviços de assessoria e consultoria administrativa voltada a regulamentação da nova lei de licitações e contratos administrativos. O Termo de Referência de detalha o objeto que está sendo contratado.

O item 6.3 da minuta do edital descreve os serviços, quantidades, e preço médio do objeto que está sendo contratado. O Edital fixa que estão sendo contratadas horas técnicas de assessoria e consultoria.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições".



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima a quantidade de horas técnicas a serem adquiridos, mas não a efetiva quantidade que será utilizada, haja vista que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbra-se situações que possam resultar em alterações, o que justifica o registro de preços.

Cabe à administração providenciar a descrição do objeto pretendido na licitação com sua adequada caracterização e de todos os respectivos atributos. A indicação e definição exata do objeto licitatório é requisito de validade ou condição deste procedimento.

A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara", e continua:

A minuta do Edital e Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços e o Contrato atendem aos requisitos legais.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações. No entanto, o processo licitatório deve seguir os ditames legais, sendo, portanto, necessário sanar as irregularidades apontadas. Sendo que para o prosseguimento é imprescindível as adequações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

CONCLUSÃO:

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo, ressaltado no contexto, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 12 de maio de 2022.



José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

